

Data: 11.07.2012

Título: Licenciaturas e trabalhos

Pub: 

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Economia

Pág: 3;17



João Cardoso Rosas

Licenciaturas e trabalhos

Não é aceitável que uma instituição do ensino superior aproveite a margem de manobra que a lei confere para oferecer - é a palavra exacta - licenciaturas a determinadas pessoas. → P17

SOCIEDADE ABERTA

Licenciaturas e trabalhos



João Cardoso Rosas
Professor
Universitário

O caso Relvas tem merecido sobretudo um tipo de comentário, mas acho que ele deve ser analisado em três dimensões diferentes.

A primeira dimensão diz respeito à conduta ética do ministro e é sobre ela que tem incidido a maior parte das análises. É com certeza verdade que uma pessoa honrada não tenta obter uma licenciatura por aquela via. Este juízo dá-se no plano ético, no qual não existe nenhuma sanção legal. Mas há a sanção da opinião pública e nada impede que ela seja accionada. Eu sinto-me incomodado pelo facto de alguém como Miguel Relvas fazer parte do Governo de Portugal. Por isso compreendo todos aqueles que apupam o ministro onde quer que ele vá. Pode ser que isso o ajude a ganhar vergonha na cara (e ao primeiro-ministro a retirar ilações políticas).

A segunda dimensão a ter em conta é a da postura institucional da Universidade Lusófona. Não é aceitável que uma instituição do ensino superior aproveite a margem de manobra que a lei confere para oferecer – é a palavra exacta – licenciaturas a determinadas pessoas, não sei se a troco do dinheiro das propinas ou de outro tipo de favores esperados. Por isso estou solidário com os “alumni” da Lusófona e a sua revolta. O caso Relvas destrói a credibilidade de uma instituição na qual outros se terão licenciado estudando afincadamente durante pelo menos três anos. Espanta-me que algumas

universidades privadas – não creio que isso aconteça nas públicas – cuidem assim tão mal da sua própria reputação. Mas todos nos recordamos da Moderna, da Independente, da Internacional...

A terceira dimensão – do meu ponto de vista, a mais importante – é a do enquadramento legal que permite tais abusos. Aqui a responsabilidade cai no Governo anterior e em Mariano Gago. É verdade que este foi um excelente ministro da Ciência, mas foi também um péssimo ministro do ensino superior. Está por fazer o balanço do seu legado para as universidades, mas ele afigura-se sombrio, desde o novo modelo de gestão ao modo de implementação do Processo de Bolonha. É no quadro deste que se tornou possível a equivalência entre as competências profissionais e os créditos académicos. Quanto a isso, há que ser claro: trata-se da institucionalização da fraude (que também existia no programa Novas Oportunidades). Não há convertibilidade possível entre a experiência profissional e a aprendizagem académica. São duas coisas inteiramente distintas. Se assim não fosse, uma pessoa com uma licenciatura ou mestrado, por exemplo, poderia pedir para converter as suas qualificações académicas em experiência de trabalho, colocando no currículo que tinha trabalhado como quadro superior numa qualquer empresa. Alguém aceitaria esse disparate? ■